

33^o. Encontro Anual da ANPOCS
Caxambu, 26 a 30 de Outubro de 2009

GT 41 – Transformações Sociais e Projetos Políticos em
Concorrência: Reflexões a partir do rural

Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil

Beatriz Heredia
Moacir Palmeira
Sérgio Pereira Leite

Resumo

Este trabalho problematiza a concepção de *agronegócio*, em voga no meio rural brasileiro, tratando de compreender as relações sociais subjacentes a esse universo. Ao questionar a abordagem essencialmente produtivista aplicada para o registro das transformações operadas nas regiões entendidas como “modernas” ou, ainda, como “novas fronteiras agrícolas” do país, buscamos apreender com mais detalhes as relações que se estabelecem entre os que administram a produção agrícola e industrial e seus subordinados, mapeando a teia de relações sociais que atravessa o setor. No entanto, nossa preocupação foi mais ampla que a unidade agrícola ou a planta industrial: tratou-se de identificar/estudar o(s) conjunto(s) de posições e de oposições sociais que permitem ao chamado agronegócio existir como existe. Adicionalmente, interessou-nos, ainda, observar como tais posições se consolidaram (ou se opuseram) em relação a um conjunto de políticas públicas, setoriais ou não, que marcaram e continuam a definir a forma de intervenção do Estado nessas áreas, ainda que tais mecanismos de política tenham sido percebidos de forma diferenciada pelos diferentes grupos sociais e implementados a partir de estratégias governamentais não necessariamente sinérgicas.

Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil¹

Beatriz Heredia²
Moacir Palmeira³
Sérgio Pereira Leite⁴

Introdução

A associação entre “modernidade” e “agricultura” no Brasil tem uma longa história. Desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, que pensadores e homens de ação opõem propostas de uma “agricultura” ou mesmo de uma “indústria rural” moderna ao que seria uma agricultura “tradicional” ou “práticas tradicionais” das empresas agrícolas. Assim foi com a introdução dos engenhos a vapor e com as usinas de açúcar no Nordeste canavieiro; ou com o uso sistemático de máquinas no arroz e no trigo no sul do país nos anos 50 do século XX. Mas foi, sobretudo a partir dos anos 70 do século que findou - com a política de “modernização da agricultura” promovida pelo regime militar - que se começou a falar mais explicitamente da existência de uma “agricultura moderna” ou de uma “agricultura capitalista” no Brasil, de “empresas rurais” (figura contraposta no Estatuto da Terra ao “latifúndio”) e de “empresários rurais”.

Com a importância assumida pelas exportações de produtos agropecuários e agroindustriais e com o envolvimento nesses empreendimentos de capitais das mais diferentes origens, e não só do chamado “capital agrário” (Palmeira e Leite, 1998)⁵, a própria resistência dos grandes proprietários de terras às tentativas de mudança do sistema fundiário deslocou-se da defesa da “propriedade” e das “tradições” para a defesa do que seria a “atividade

¹ O presente trabalho está fundamentado na pesquisa, coordenada por Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Sérgio Pereira Leite, intitulada “*Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório*”, que conta para sua realização com o apoio do CNPq, da Faperj e da Fundação Ford. Participam do estudo pesquisadores, estudantes de doutorado, mestrado e graduação ligados a diferentes universidades.

² Professora do PPGSA/IFCS/UFRJ.

³ Professor do PPGAS/MN/UFRJ.

⁴ Professor do CPDA/ICHS/UFRRJ.

⁵ Nunca é demais lembrar que as políticas públicas postas em prática pelo governo brasileiro foram e continuam a ser as grandes propulsoras dessas transformações.

empresarial” no campo e “as (grandes) propriedades produtivas”, “responsáveis pelo desenvolvimento do país”.

Nos anos 1980 e início dos 1990, autores com diferentes formações profissionais e com referenciais teóricos e ideológicos os mais variados começam a substituir a expressão “agricultura (ou agropecuária) moderna” por “agroindústria” e a figura dos CAI (complexos agroindustriais) passa a ser moeda corrente (Graziano da Silva, 1991; Kageyama et al., 1990; Muller, 1981, 1983 e 1991, entre outros). A preocupação era assinalar a integração agricultura - indústria pelas “duas pontas”: insumos e produtos, expressão que teria assumido a “industrialização da agricultura” (Graziano da Silva, 1995) formulada por Kautsky ([1899] 1986) no final do século XIX. A ideia do agronegócio vai ser uma espécie de radicalização dessa visão, em que o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento. O *boom* das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais nos anos mais recentes levou à adoção da expressão agronegócio ou da sua matriz *agribusiness* por associações de produtores⁶ e até pelos próprios empresários⁷. Da perspectiva da análise dos economistas rurais é interessante notar, adicionalmente, que a resistência do *mainstream* ao uso de uma abordagem “intersetorial” agricultura-indústria até meados dos anos 1980 (por considerarem que tal perspectiva feria a propriedade do setor agrícola em atestar os atributos de concorrência pura ou perfeita na análise das funções econômicas e produtivas) é completamente revertida no início dos 1990 quando verifica-se uma adesão, política é certo, aos novos termos (*agribusiness* primeiramente e na seqüência, o agronegócio) e sua capacidade “explicativa”, em termos da análise econômica, do novo estatuto do setor agropecuário, agora *funcionando* de forma “integrada”⁸.

⁶ É o caso da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness) criada no início dos anos 1990.

⁷ Um exemplo é o Grupo Tercio Wanderley, dono da usina Coruripe, tradicional usina de açúcar de Alagoas, que conta agora com uma unidade de produção em Minas Gerais, que homenageando a “matriarca da família” e esposa do fundador, assumiu o nome de “Corália Wanderley Agronegócios”.

⁸ Não deixa de ser interessante observar uma certa “disputa” entre as diferentes metodologias empregadas para medir o “tamanho” do agronegócio no Brasil ou mesmo entre as diferentes unidades da federação. Particularmente relevante é o estudo encomendado pela própria ABAG, à cargo de Nunes e Contini (2001), que minimiza substancialmente a participação do agronegócio no PIB nacional, situando-o em pouco mais de 20%.

Da “agricultura moderna” à “sociedade do agronegócio”

As fronteiras entre “agricultura moderna”, “complexos agroindustriais” e “agronegócio” não são exatamente coincidentes. Mesmo que esses rótulos apontem alguns elementos recorrentes e, com frequência, sejam utilizados como sinônimos, as combinações feitas e as ênfases atribuídas são distintas.

O uso de “máquinas e insumos modernos” está presente nas três expressões, mas o direcionamento para exportação não tem nas duas primeiras o mesmo peso que na última. A integração agricultura-indústria não era o maior destaque que se dava à “agricultura moderna” tal como formulada nos anos 1970 (Mendonça, 2005). O gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas é uma das tônicas da idéia de “agronegócio”. Mesmo que a grande propriedade territorial esteja associada às três formas, na segunda, ela é vinculada às práticas de “integração” que envolvem também pequenos produtores; e no terceiro, mesmo que as grandes propriedades sejam uma marca das atividades rurais do “agronegócio”, a referência à propriedade territorial desaparece das formulações de seus técnicos e há até quem tente, no plano ideal dos projetos, associá-la com perspectivas favoráveis aos pequenos produtores⁹. Os trabalhos (técnicos, acadêmicos e jornalísticos) sobre o agronegócio, que se multiplicaram desde os textos pioneiros de Ney Bittencourt de Araújo, no início dos anos 1990 (Araújo et al., 1990), agora estão referidos a um espaço muito mais extenso que aquele das áreas consideradas “capitalizadas” ou modernizadas no sul e no centro-sul, incluindo as chamadas novas fronteiras agrícolas e áreas até há pouco tempo consideradas tradicionais.

As coisas não são menos ambíguas quando se quer precisar que produtos são parte do agronegócio. As definições abrangentes do tema e o deslocamento do interesse dos que o estudam, das atividades locais para as relações inter-setoriais e para a questão do

e não no intervalo de 30% a 40%, como afirmavam os trabalhos mais exaltados do início dos anos 1990. Ver a respeito, entre outros, Araújo et al. (1990), Nunes e Contini (2001), Silva et al. (2006).

⁹ O exemplo mais eloqüente tal vez seja o retorno recente das ideias de um novo Proálcool com base na pequena propriedade e as propostas de privilegiar agricultores familiares no Programa do Biodiesel. Na mesma direção é interessante observar a adoção, entre especialistas e técnicos de governo, da dicotomia “agronegócio patronal” x “agronegócio familiar” (ou, sua variante, “agronegócinho”) para expressar a compreensão da agricultura familiar como um subconjunto do agronegócio e, dessa forma, validar sua presença no campo das políticas públicas, por exemplo (Sauer, 2008; Wilkinson, 2007).

gerenciamento dessas relações, faz com que haja uma tendência no sentido que toda atividade agrícola com expressão comercial seja nele incluída e de que a importância dos produtos varie de acordo com o foco do analista. Não é por acaso que no início da década atual, estudiosos ligados a ABAG ainda estivessem preocupados em “estabelecer, com rigor técnico, os limites do ‘complexo agroindustrial brasileiro’” (Nunes e Contini, 2001) e assinalassem a “necessidade de analisar separadamente as principais cadeias [produtivas]” e recomendassem “análises regionais do CAI, para identificar as especificidades do complexo agroindustrial em cada região do país” (idem, *ibidem*).

Assim ao tratarmos dos processos relacionados ao “agronegócio”, é preciso compreendê-los como algo que extrapola o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, alusões mais comuns nos debates sobre o setor. Seja para refletirmos sobre as circunstâncias que informam o movimento de expansão das atividades aí inscritas, seja, igualmente, para pensarmos a validade do seu contraponto, isto é, o conjunto de situações sociais que não estariam aí compreendidas. Em boa medida a permanência destas últimas tem sido apontada como “obstáculo”, “atraso” ou, ainda, como experiências “obsoletas” num meio rural cada vez mais industrializado. Isso implica, entre outras coisas, em questionar a capacidade da “noção” de agronegócio em tornar-se a chave explicativa das mudanças agrárias em curso.

Mas o que chama sobretudo atenção no que tem sido escrito sobre o “agronegócio”, tanto nos textos apologéticos (Menezes e Pinheiro, 2005, entre outros) quanto nos textos de denúncia (Canuto, 2004; Welch, 2005), mas também nos textos supostamente mais distanciados, é não aparecerem elementos que nos permitam visualizar que tipo de sociedade (no sentido mais amplo do termo) existe ou se está produzindo dentro e em torno do agronegócio. Se, graças aos estudos desenvolvidos em várias frentes, ao longo dos anos, “visualizamos” as sociedades das áreas de *plantation* “tradicional” (açúcar, café, cacau no Nordeste e no Sudeste) e as relações “capitalizadas” entre pequenos produtores e agroindústrias de vinho, fumo e carnes no Sul dos anos 1980¹⁰, o mesmo não se pode dizer,

¹⁰ Existe uma extensa literatura sobre o assunto, impossível de ser resgatada aqui. À título de ilustração poderiam ser mencionados no caso nordestino os trabalhos de Celso Furtado, Manoel Correia de Andrade e posteriormente aqueles desenvolvidos por pesquisadores do PPGAS/Museu Nacional (Palmeira et al., 1977; Heredia, 1989; entre outros); no caso das regiões Centro Sul e Sul podem ser lembrados a título de exemplo os trabalhos sobre assalariados da cana de açúcar de autores como Maria da Conceição d’Incao e Melo e, mais

em linhas gerais, do que vem sendo chamado de agronegócio e dos processos sociais que embasam tal “paradigma”¹¹.

Tendo em vista as considerações acima, o objetivo da pesquisa da qual deriva o presente trabalho foi conhecer a(as) sociedade(s) do “agronegócio”, apoiando-se nas informações levantadas durante a pesquisa de campo em três regiões diferentes: o Norte matogrossense (seguindo o trajeto da BR-163), o Triângulo Mineiro e o Oeste baiano. Tratou-se de focar não apenas os agentes diretamente envolvidos nas atividades agrícolas, industriais ou de gerenciamento. É importante, sem dúvida, apreender com mais detalhes as relações que se estabelecem entre os que administram a produção agrícola e industrial e seus subordinados que, é bom lembrar, em textos mais genéricos, são considerados inexistentes: como se o uso de máquina eliminasse os que as manejam do processo produtivo e como se a utilização de insumos industrializados descaracterizasse seu trabalho como trabalho na terra.

No entanto, nossa preocupação foi mais ampla que a unidade agrícola ou a planta industrial: tratou-se de identificar/estudar o(s) conjunto(s) de posições e de oposições sociais que permitem ao chamado agronegócio existir como existe. Adicionalmente, interessou-nos, ainda, observar como tais posições se consolidaram (ou se opuseram) em relação a um conjunto de políticas públicas, setoriais ou não, que marcaram e continuam a definir a forma de intervenção do Estado nessas áreas, ainda que tais mecanismos de política tenham sido percebidos de forma distinta pelos diferentes grupos sociais e implementados a partir de estratégias governamentais não necessariamente sinérgicas.

É bom frisar, ainda, que uma investigação sobre um objeto com limites tão fluidos como esse, teve um caráter necessariamente exploratório. As indefinições conceituais em torno do agronegócio – que refletem, em larga medida, disputas políticas de natureza diversa - e a falta de consenso em torno de sua localização geográfica e dos segmentos sociais por ele envolvidos levaram-nos a adotar uma estratégia de pesquisa de caráter gradualista, que nos permitiu ir definindo, paulatinamente, nosso(s) objeto(s). Tratou-se menos de questionar

recentemente, os de Maria Aparecida Moraes; José Vicente Tavares sobre os colonos do vinho e Maria Inês Paulillo sobre a integração no complexo agroindustrial fumageiro.

¹¹ É preciso mencionar que o tema do “agronegócio” tem sido objeto, no período mais recente, das preocupações dos estudos na área de geografia, valorizando particularmente os movimentos de espacialização do setor. Ver, entre outros, Bernardes e Freire (2005), Elias (2006) e Oliveira (2005).

interpretações do que preencher um vazio, contribuindo na produção de um quadro amplo, inclusivo, de base quantitativa e qualitativa disso que tem sido designado como agronegócio, valendo-se inclusive de um conjunto de estudos etnográficos - alguns com características mais convencionais; outros mais centrados em questões que foram se apresentando ao longo da pesquisa – “dando carne” a esse ente meio fantasmagórico com que nos defrontamos todos os dias nas páginas da grande imprensa, nas discussões sobre a política econômica do país, nos estudos em torno da questão fundiária etc. Dessa forma, o presente texto apresenta alguns resultados e considerações preliminares do estudo, que ainda se encontra em desenvolvimento.

Processos sociais e regiões envolvidas numa breve leitura das transformações agrárias

Revisitando essa cadeia de transformações da agricultura nacional, veremos que, na realidade, um dos fenômenos a ser destacado do período conhecido como “modernização da agricultura” é a intensificação das transações econômicas e seus rebatimentos políticos e sociais, sejam elas mercantis, financeiras e/ou tecnológicas, entre o setor agrícola propriamente dito e os setores industriais, financeiros e de serviços à ele adstritos (Muller, 1982). Sem entrarmos, nesse momento, no mérito sobre a questão da periodização ou não desse processo¹²; o importante a destacar é que a partir dos anos 1970, e de forma mais consolidada nos anos 1980, estas cadeias agroindustriais passam a conformar um novo patamar de acumulação e uma nova forma de articulação entre esses setores e o aparato estatal (Graziano da Silva, 1993; Kageyama, 1990), ainda que a própria definição e capacidade explicativa das noções de complexo agroindustrial e “agronegócio” ofereçam um cardápio metodológico extremamente variado para sua mensuração (Silva et al., 2006), bem como um questionamento sobre sua validade enquanto unidade analítica do meio rural brasileiro, como ressaltamos anteriormente (Leite, 2005)¹³.

¹² E, conseqüentemente, da validade ou não de termos como complexo agroindustrial, *filière*, sistema agroalimentar e “agronegócio”. Particularmente, sobre a questão da “recência” (para ficarmos nos termos originais dos autores) do complexo agroindustrial consultar o debate do início dos anos 1980, entre Muller (1983) e Szmrecsányi (1983).

¹³ Esta afirmação demandaria uma exposição mais detalhada, que foge ao escopo do presente texto, sobre as diferentes possibilidades de tratamento teórico-metodológico desses termos que, longe de se constituir num

Resumidamente, de acordo com o balanço e a sistematização da literatura especializada realizados por Palmeira e Leite (1998: 118), poderíamos dizer que a chamada modernização da agricultura brasileira, especialmente no período de 1965 a 1980, consolidou-se economicamente a partir dos seguintes aspectos: (a) a adoção do padrão tecnológico ‘moderno’, calcado basicamente no binômio química mineral-mecanização, ganhando entre nós, complementos como ‘conservador’ ou ‘perverso’, justamente pelas conseqüências deflagradas a partir da sua utilização massiva; (b) não obstante essa última observação, constatou-se um aumento da produção e da produtividade, ainda que a estrutura fundiária permanecesse inalterada no período, chegando mesmo a atestar uma ligeira concentração da posse da terra; (c) enquanto política econômica setorial, a importância assumida pelo crédito rural, privilegiando grandes produtores localizados na região Centro-Sul e produtos exportáveis. O sistema de empréstimos vigiu, durante os anos 1970, à taxa de juros negativa e, em alguns períodos, o montante de recursos destinados ao programa atingiu proporções bastante significativas do produto interno bruto do setor, chegando mesmo a superá-lo num determinado ano; (d) a consolidação das cadeias e dos complexos agroindustriais, imprimindo uma dinâmica à produção agropecuária que implicou na sofisticação e diferenciação do produto processado, bem como numa integração à montante com a indústria químico-farmacêutica e de bens de capital; (e) a ingerência da esfera financeira nas atividades produtivas do agro, promovendo a integração de capitais agroindustriais e agro-comerciais, bem como fortalecendo a valorização especulativa do imóvel rural e a transformação de ativos reais, como terra e gado, em ativos financeiros. Nesse último ponto é importante fazer menção ao processo conhecido como "territorialização" da burguesia (Kageyama et al., 1990), onde verificou-se uma aplicação maciça de capitais industriais e financeiros em imóveis rurais, sobretudo em operações abonadas por fartos incentivos fiscais patrocinados pelo Estado; (f) destaque-se, ainda, o crescimento da participação da agricultura brasileira no mercado externo, fundamentado numa política cambial baseada em

problema semântico, tornou-se um ponto importante na problematização mais geral do objeto de estudo. Apesar de surgir, na obra de Davis e Goldberg (1957), com o objetivo de exemplificar as relações intersetoriais entre o setor rural e aqueles no seu entorno, o termo *agribusiness*, e depois sua tradução doméstica (agronegócio), ganhou dimensões e significados que extrapolaram sua pretensão original. Isso é válido tanto para o debate acadêmico, seja aquele interno aos economistas seja aquele presente nas demais áreas de ciências sociais, como também para o “campo político” propriamente dito.

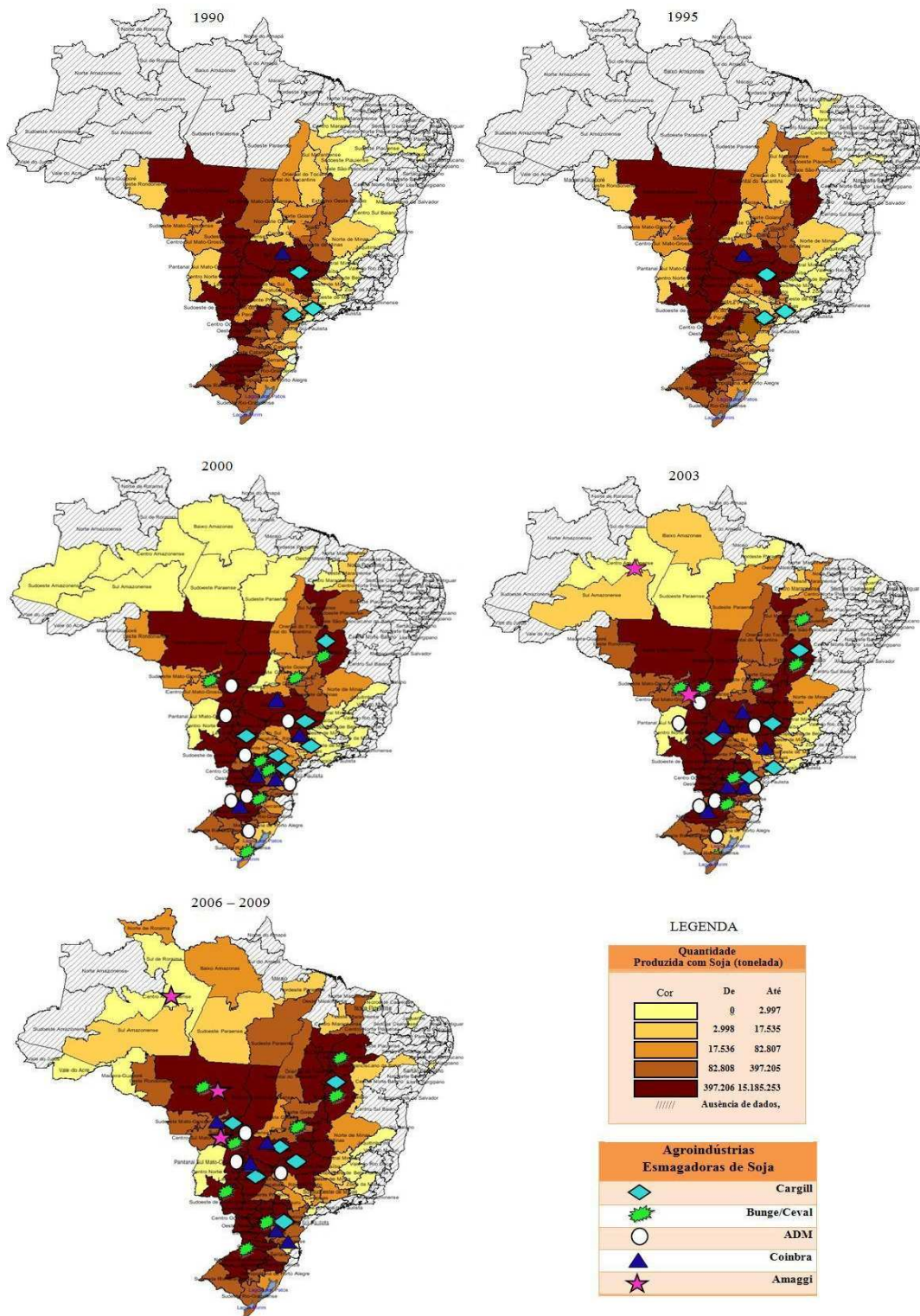
desvalorizações, atestando, para algumas cadeias específicas, um significativo aumento da exportação de seus principais produtos”; (g) o aumento da produtividade do trabalho da população empregada no campo e a transformação na própria estrutura das suas relações de trabalho, além de uma intensa migração rural-urbana, acentuando um processo que iniciara-se nos anos 1930¹⁴.

Com a crise internacional no início dos anos 1980 o setor rural viu-se envolto no esforço de geração de superávits na balança comercial, aprofundando sua capacidade de exportação de produtos agroprocessados e gerando divisas canalizadas para o pagamento dos serviços da dívida externa. Apresentando um desempenho sempre positivo no saldo comercial (exportações – importações) ao longo de todo esse período, a agricultura voltou a ocupar nos anos mais recentes, especialmente com a desvalorização do real em 1999, um papel de destaque nessa “ofensiva externa”. Atendo-nos aos últimos quinze anos desse processo, examinemos com um pouco mais de atenção algumas dessas mudanças e suas conseqüências para a questão do desenvolvimento rural. Como é sabido, ao longo da década de 1980, o país já assistia uma ocupação das áreas de cerrado, tanto na região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), como em Minas Gerais e Bahia com a produção de grãos. Na última década verifica-se, ainda, uma vigorosa expansão da chamada “fronteira” agrícola, incorporando áreas, como aquelas localizadas nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins (o famoso “Mapito”) e outras inscritas na região Amazônica. Isso fica evidente nos mapas apresentados a seguir, onde selecionamos a expansão da produção de soja, uma cultura sobejamente reconhecida como representativa do “agronegócio”¹⁵.

¹⁴ A literatura sobre esse conjunto de aspectos é relativamente ampla e conhecida, particularmente no campo sócio-econômico. Para uma rápida recuperação desses pontos consultar os textos citados e comentados em Palmeira e Leite (1998), de onde essa síntese foi retirada.

¹⁵ Autores, como Brandão et al. (2006) têm apresentado as virtudes desse movimento. Para uma avaliação crítica ver Schlesinger (2006). Outros setores, como a cana-de-açúcar, poderiam ser, igualmente, objeto desse processo. Para uma análise contundente do setor sucro-alcooleiro ver Szmrecsanyi e Ramos (2006).

Figura 1: Produção e processamento de soja no Brasil: 1990 - 2009



Fonte: PAM/IBGE, ABIOVE, Exame. Elaboração da Pesquisa a cargo de Valdemar Wesz Jr.

A Figura 1 ilustra o intenso processo de espacialização da produção de soja¹⁶ no país, entre 1990 e 2009, anteriormente concentrada na região Sul, para as áreas compreendidas pelos cerrados, seja nos estados da região Centro-Oeste, seja em direção ao cerrado mineiro ou aos cerrados nordestinos. Na década atual é possível verificar, ainda, sua expansão para a região amazônica, especialmente nos estados do Amazonas (na região de Humaitá) e do Pará (Sudeste e, em especial, Oeste paraense, na região de Santarém). A tonalidade das cores informa a presença da produção de soja nas micro e mesorregiões brasileiras (do amarelo claro, quando a produção local é baixa, ao marrom, que reflete uma alta produção concentrada espacialmente, tendo como referência as escalas descritas na legenda da figura) e o seu espraiamento em direção ao norte do país, formando praticamente um “Y”, quando consideradas as áreas de maior concentração produtiva¹⁷.

Na mesma figura também estão plotadas as diferentes agroindústrias de esmagamento da soja para produção de farelo, óleo, ração e outros produtos derivados. Destacamos nos mapas a localização das empresas multinacionais (*tradings*), em particular o chamado grupo A, B, C, D (ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus). A participação do capital internacional no total do capital aplicado no setor agroindustrial de esmagamento do grão que era de 16% em 1995 sobe violentamente para 57% em 2005, caracterizando um forte processo de concentração econômica e desnacionalização do setor. No caso desse último período, as primeiras posições são ocupadas pelo grupo supra referido. A Figura 1 traz, ainda, a localização das empresas do grupo Maggi (Amaggi), ligadas à família do governador do estado do Mato Grosso, Blairo Maggi, que atua igualmente na produção da soja propriamente dita. Pode-se verificar aí um deslocamento geográfico na posição dessas empresas que alteram sua estratégia anterior de compra de antigas unidades de grupos empresariais nacionais, situadas

¹⁶ Devemos salientar, corroborando as informações coletadas em campo, que a expansão da soja não ocorreu de forma isolada: em boa parte dos casos o avanço da cultura ocorreu sobre áreas anteriormente destinadas à criação de gado (ou ainda sobre matas e florestas, como em parte do estado de Mato Grosso e na região amazônica), substituídas posteriormente pela produção de arroz (para “amansar a terra”) e, na seqüência, pelo plantio de soja. No Mato Grosso e no Oeste baiano, verificamos, ainda, o aumento da produção de algodão, na esteira da consolidação da produção de soja. No Triângulo Mineiro, com uma produção agrícola (para não mencionar o setor industrial e de serviços – em especial transporte) muito mais diversificada, deve-se atentar igualmente para o plantio de café.

¹⁷ Ainda que o assunto seja objeto de forte polêmica, é possível observar que esta expansão tem gerado protestos de organizações ambientalistas e comunidades nativas, visto que parte da área ocupada pela soja tem sido angariada às custas do desmatamento e/ou do deslocamento forçado de pequenos agricultores ou aldeias indígenas, como pode ser constatado nas chapadas piauienses (Moraes e Vilela, 2003; Safatle e Pardini, 2004).

na região Centro-Sul até o final dos anos 1990, para a construção de novas plantas industriais na área dos cerrados na década atual¹⁸.

Na Figura 2, a seguir, podemos visualizar as regiões de trabalho do estudo, objeto de um *survey*, que permitiu identificar situações e levantar dados preliminares fundamentais ao desenvolvimento do trabalho.

Figura 2: Regiões do Trabalho de Campo e dos Surveys da Pesquisa



Fonte: Cartograma do IBGE. Elaboração dos autores.

¹⁸ Como salienta Wesz Jr (2008: 33), além das duas características citadas no parágrafo acima, notamos também para o caso das empresas agroindustriais um deslocamento espacial importante: “entre 1995 e 2000 aconteceram as mudanças mais intensas, pois foi nesse intervalo que presidiram os maiores números de fusões e aquisições desse segmento frente as abertura comercial. Em 1996/97 a Coinbra aumenta significativamente a sua capacidade de esmagamento pela aquisição de 3 unidades da Gessy Lever e uma da Comove. Nesse momento a ADM entra no Brasil com 8 esmagadoras que foram compradas da Sadia e Granja Rezende, além do arrendamento das instalações da JB Duarte. Acompanhando o ritmo das concorrentes, a Bunge adquire a Ceval e a Santista Alimentos. Mesmo com a produção crescente de soja no Centro-Oeste brasileiro, mais de 75% das agroindústrias de soja se situavam no Sul e Sudeste até 2000. Isso porque, a opção das empresas transnacionais não foi a construção de novas unidades mas a aquisição de estruturas já em funcionamento, o que acabou levando a obtenção desses imóveis na região mais tradicional. Entretanto, o deslocamento tem se intensificado ao longo dos primeiros anos da década de 2000. Em 2003 a presença do esmagamento no Centro-Oeste, Nordeste e Norte atingiu 45%, com destaque para o surgimento da Amaggi em Cuiabá/MT e Itacoatiara/AM. [...] Em 2006, considerando inclusive as agroindústrias em construção, se vê um esvaziamento no número de unidades do Sul e Sudeste brasileiro, enquanto que as outras regiões dominam quase 60% dos empreendimentos”.

Assim, após um levantamento inicial de dados secundários e da análise da bibliografia existente, além dos resultados dos *surveys* exploratórios realizados, decidimos centrar a pesquisa de campo aprofundada em duas das áreas consensualmente tidas pela literatura como pertencentes ao agronegócio (Norte de Mato Grosso e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), cujas características comuns, mas sobretudo cujas diferenças, nos parecem ideais para uma análise comparativa. Às mesmas agregou-se, ainda, o Oeste baiano para o exame de algumas questões do trabalho, como a relação desse processo com as políticas públicas. Essas áreas estão assinaladas por um círculo azul. Foram aí visitados cerca de 15 municípios para levantamento de dados e informações, realização de entrevistas com os mais variados atores (produtores rurais, representantes do setor público, do setor bancário, das organizações não-governamentais e movimentos sociais, do movimento sindical – de trabalhadores e patronal, dos meios de comunicação, da Igreja, do comércio, etc.), observações de campo e trabalho etnográfico.

Foram ainda objeto de *survey* duas outras áreas que, dados os limites de tempo e de recursos da pesquisa, não puderam ser incorporadas na fase seguinte do trabalho de campo. Trata-se das regiões de Santarém, no Pará, e do Sudoeste goiano, no entorno do município de Rio Verde. Essas duas últimas áreas estão assinaladas em vermelho na Figura 2.

A cadeia da soja, para ficarmos no exemplo acima e reforçando a justificativa da nossa escolha, constitui-se numa das rubricas mais expressivas da pauta de exportações do chamado “macro-setor agrícola” (ainda que as vendas do produto em grão tenham crescido numa velocidade superior aos produtos processados a partir da soja – farelo, óleo, etc. – o que corrobora uma certa especialização nas exportações com menor capacidade de geração de valor adicionado, aumentando o grau de vulnerabilidade externa), macro-setor que representa hoje algo próximo a 40% do valor das exportações totais (Leite, 1998). É certo que a recente retomada dos saldos superavitários da balança comercial brasileira tem sido acompanhada, para alguns analistas até impulsionada, pelo movimento das exportações rurais, redundando num aumento da geração de divisas comerciais. Esse movimento, de certa forma, tem justificado, para alguns estudiosos e parte do campo político e midiático, o aprofundamento dessa estratégia. Mesmo que isso se faça às custas de um endividamento crescente do setor patronal e os custos conseqüentes assumidos pelo Estado, ou que, ainda,

tal diretriz se constitua a partir de relações de intensa exploração e precarização do trabalho na sua base (ainda que identifiquemos durante nosso trabalho outras formas de apropriação dessas oportunidades de trabalho que não passam necessariamente pelo crivo da “precarização”, quebrando uma certa linearidade em voga nas interpretações correntes), aspectos que não costumam pontuar o noticiário a respeito¹⁹. Isso nos leva a examinar melhor questões como a forma de intervenção do Estado e as condições nas quais emerge o debate e a questão do “agronegócio”.

Estado, agronegócio e o contexto institucional das mudanças recentes

Dados e informações sistematizados a partir do estudo de campo, indicaram a importância da intervenção do Estado na base do processo de transformação das regiões pesquisadas a partir dos anos 1970. Por exemplo, a implementação do Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados) foi fundamental à introdução do cultivo de soja e à atração de agricultores de outras regiões do país (em particular da região Sul) para as três áreas pesquisadas. No Triângulo Mineiro em particular, dentre as principais políticas que impulsionaram o desenvolvimento da agricultura na região podem ser destacados o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), o Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (criado em 1975), o PCI – Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (1972), o PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (1973), além do próprio Prodecer (1974), acima referido (Pessoa, 1988).

Se, como vimos, a presença do Estado na agricultura dos anos 1970 e 1980 é assinalada por quase toda a bibliografia especializada, essas referências não são tão presentes nas décadas seguintes. O que a bibliografia constata, e as visitas às áreas de campo da nossa pesquisa nos mostram, são os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam sua origem mas também sua expansão. No início essa presença se traduziu na política de

¹⁹ Uma considerável quantidade de matérias jornalísticas a respeito das relações de trabalho que caracterizam a produção de cana-de-açúcar, em função da expansão do setor por conta da produção de etanol, pode ser tratada como um caso, de certa forma, excepcional.

terras (assentamentos), mas logo se manifesta na política de inovações tecnológicas e de pesquisa, naquilo que alguns autores denominaram como “recriação dos solos”, por intermédio da correção da acidez das áreas de cerrados, ou ainda pelo melhoramento genético de sementes, na implantação de infraestrutura local, etc. (Castro, 2007).

A presença do Estado não elimina, por certo, aquela dos grandes grupos empresariais, que se somaram aos fazendeiros tradicionais, aos colonos também presentes (Tavares dos Santos, 1993), ou ainda, a atuação *in loco* das empresas multinacionais (*tradings*), etc. Mas, a leitura corrente desse processo deixa – em maior ou menor grau – explícita a ideia de que as transformações operadas nessas áreas a partir do final dos anos 1980 e durante todo período seguinte foram tributárias exclusivamente da iniciativa privada, reforçando a construção do mito do pioneiro externo (“gaúcho”) que, desembarcando nessas terras “vazias”, dedicaram-se ao trazer o processo civilizatório (e sua correspondente variante tecnológica agropecuária) para uma região supostamente desprovida de investimentos públicos e de atividades à cargo de grupos locais.

No Mato Grosso, por exemplo, diz-se muito da experiência exitosa da Fundação Mato Grosso, que articula pesquisa e produção agropecuária a partir do setor privado. Mas pouco se fala no peso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no processo de constituição do banco de germoplasma e na transferência de tecnologia que impulsionaria o segmento empresarial.

É preciso, portanto, estabelecer uma perspectiva de análise que permita identificar as continuidades e descontinuidades que marcaram e têm marcado a relação entre Estado e questão agrária no Brasil ou, numa outra chave, entre Estado e agronegócio no período recente. Seguindo Palmeira e Leite (1998), parece-nos que são, sobretudo, as descontinuidades²⁰ introduzidas pela operação do regime democrático em meados dos anos

²⁰ Palmeira e Leite (2008) referem-se especialmente (e de modo diferenciado) “ao funcionamento de certos aspectos do regime democrático. No que diz respeito à legislação, a descontinuidade corre menos por conta das mudanças de conteúdo do que dos procedimentos legais, que limitam o grau de arbítrio dos governantes e dos seus funcionários. A liberdade de informação, dependendo do estado das disputas entre agentes da mídia e de outros fatores, contribui, certamente, para a publicização de processos e demandas sociais. Mas a ruptura maior talvez tenha a ver com a autonomização dos poderes. A participação efetiva do Congresso nos processos decisórios, independentemente de sua eventual composição, contribui para dificultar certos procedimentos políticos e administrativos que se davam em circuito fechado e para abrir espaço à pressão popular”.

1980, que têm pesado na reconfiguração da questão agrária e na incorporação de uma dinâmica nova às lutas que se dão em torno do tema. Se, por um lado, sob o regime autoritário, intervenções localizadas para resolver esse ou aquele conflito tendiam a esgotar-se nelas próprias, na vigência de um regime político democrático, com movimentos sociais atuantes, seu destino pode vir a ser distinto. Por outro lado, a prática de políticas direcionadas ao setor patronal rural, como aquela relacionada à renegociação do endividamento do setor (Graziano da Silva et al., 2006), tem envolvido uma complexa trama de relações que mesclam apoio (condicional) parlamentar ao Poder Executivo (o exemplo imediato é a constituição da Bancada Ruralista) e o enfrentamento de constrangimentos (ambientais, trabalhistas, etc.) aos projetos agroindustriais oriundos tanto da própria administração pública como de outros segmentos organizados da sociedade civil (Bruno, 2006; Ortega, 2005).

Isso nos leva ao tema do arcabouço institucional dos programas direcionados ao ambiente rural. O que nos parece relevante aqui, é destacar a “localização” de tais programas na esfera governamental. Até o presente momento a “problemática agrária” está alocada em ministério próprio (Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA), desvinculada daquele destinado a tratar dos “assuntos agrícolas”, ou ainda para “estabelecer o conceito do agronegócio”²¹, a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA). Essa divisão apresenta aspectos positivos e negativos sobre os quais seria desejável uma reflexão mais apurada que escapa aos objetivos do presente texto.

Com a retomada do “modelo agroexportador”, sobretudo a partir de 1999, para fazer frente à algumas exigências da política econômica, o setor patronal, ainda que marcado por diferenciações internas importantes²², reassume posição estratégica no desenho das políticas setoriais e na capacidade do MAPA em alavancar recursos, mesmo num contexto

²¹ Como informa a entrevista concedida por Roberto Rodrigues à revista *Agroanalysis*, logo após sua posse como ministro do MAPA no primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva: “*quero trabalhar no Ministério da Agricultura para estabelecer o conceito de agronegócio, de cadeia produtiva. Ao menos para que o PCCA – Partido do Campo do Cooperativismo e do Agronegócio - possa me defender como ministro*” (*Agroanalysis*, fev. 2003, p. 7).

²² É possível pensar certa distinção, na rede de articulações políticas e nas práticas institucionais, entre organizações como a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), sem mencionar organizações agora menos evidentes como a União Democrática Ruralista (UDR). Ver Bruno (2002).

administrativo em que teve que disputá-los com o MDA e outros ministérios da chamada “área social”, com programas incidentes também no meio rural (Ministério do Meio Ambiente, da Previdência Social, da Integração Nacional, e do Desenvolvimento Social, etc.).

Articulados num novo patamar de produção e comercialização (Kageyama et al., 1990) o setor "agrícola", modifica sua forma de ação, especialmente na sua relação com as políticas de governo. Nesse contexto, em função da crise fiscal da década de 1980, inviabiliza-se o principal instrumento promotor da "modernização conservadora", qual seja, a política de crédito rural. Isso não significa, no entanto, que o setor agrícola não gozasse mais de incentivos, como pareceu demonstrar o discurso empresarial (Rodrigues, 1993). Na realidade, e confessadamente pela própria retórica das lideranças do *agribusiness*, as políticas de interesse ao setor passavam notoriamente pelas esferas macroeconômicas mais amplas, como a política cambial, favorável ao interesse do setor exportador; a política de comércio exterior (anti-dumping); a política tributária e a política salarial.

Assim a análise dos processos sociais rurais em curso, que informam o paradigma do “agronegócio”, não pode estar desvinculada das práticas de mecanismos e instrumentos de políticas – setoriais ou não – implementados pelo Estado brasileiro. Ainda que tal forma de intervenção tenha se alterado ao longo do tempo (por exemplo, da política de crédito rural dos anos 1970 à renegociação de dívidas no final dos anos 1990 e início de 2000), um exame mais cuidadoso da atuação governamental é importante para identificar as bases que subsidiam a expansão das atividades, bem como aliviam os constrangimentos encontrados nessa trajetória que qualifica o que estamos denominando aqui por “sociedade do agronegócio” e suas implicações nas configurações sociais regionais, que efetivamente “dão carne” ao processo real de transformação operada nas chamadas novas fronteiras agrícolas, para o qual concorrem as políticas públicas ali implementadas.

Políticas públicas, mecanismos de intervenção e seu reflexo nas configurações regionais

No que diz respeito às políticas públicas, estas refletem composições distintas (conforme a região) entre a forma de ação do Estado; os mecanismos e o caráter dos instrumentos de

intervenção e as diferentes formas de conjugação da tríade – *polity, politics, policy* – no desenho dos contextos e variáveis locais (arenas, atores e ossatura administrativa - institucional), como ressalta a literatura especializada (cf. Frey, 2000, entre outros).

Parece-nos que um conjunto de esferas e instrumentos possui (ou possuiu – para citar os casos dos antigos programas de desenvolvimento regional/local) uma capacidade maior de atuação local e incorpora-se, em maior ou menor grau, no cálculo estratégico dos ‘atores’ em jogo. Esse conjunto inclui: a) as políticas relativas ao ordenamento territorial e a disputa (em curso ou já ‘realizada’) em torno da terra; b) as políticas referentes ao trabalho (incluindo o combate ao trabalho escravo) e seu rebatimento sobre as formas e relações existentes e os fluxos migratórios delas derivados; c) as políticas ambientais e os marcos regulatórios que a orientam, introduzindo uma ‘nova’ variável na composição e representação dos interesses dos segmentos direta e/ou indiretamente envolvidos; d) as políticas de crédito, financiamento e seus constrangimentos – financeiros, tecnológicos e institucionais; e) as políticas de infraestrutura, que materializam num certo sentido a ação do Estado. Estas últimas, em particular, têm aumentado sua importância nos últimos 10 anos, sobretudo com a discussão em torno dos eixos modais de escoamento dos produtos agropecuários (direcionados à exportação), e, recentemente, com os investimentos em pavimentação de estradas, na construção de ramais ferroviários e no aumento da navegação fluvial executados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento²³.

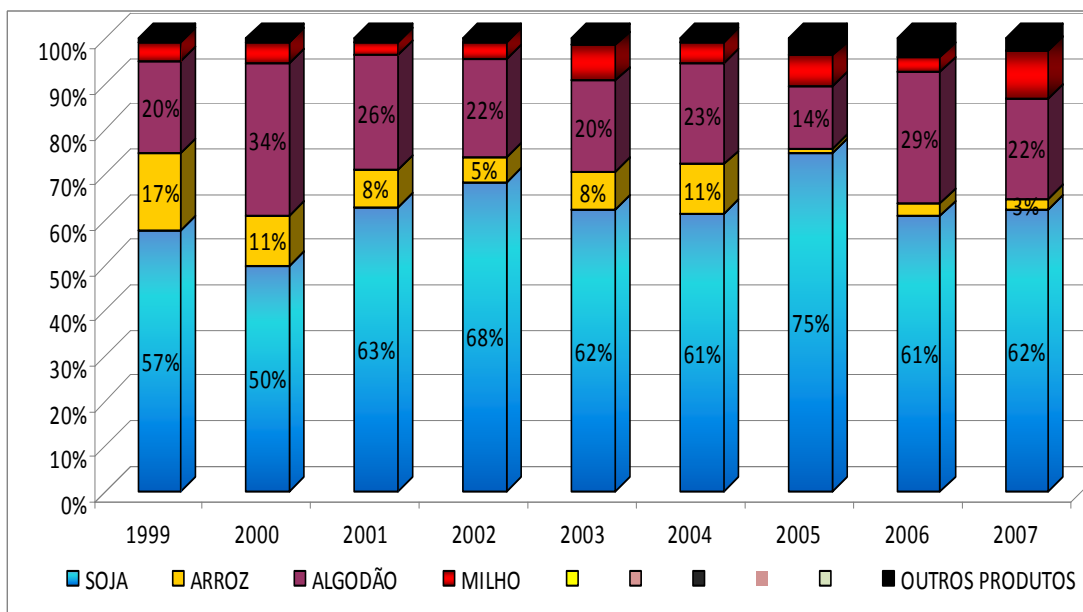
Não temos condições de desenvolver detalhadamente todos esses aspectos no presente texto, mas para ficarmos num dos pontos que tem sido objeto de pressões e contra-pressões políticas no contexto recente, podemos citar a questão do financiamento.

De fato, quando tomamos, por exemplo, a distribuição do crédito rural no estado do Mato Grosso, onde a especialização produtiva avançou sobremaneira durante o período 1980-2000, podemos constatar que, pelas Figuras 3 e 4, a seguir, a soja manteve-se como produto alvo da maior parte dos recursos emprestados, bem como o grosso desses últimos foram

²³ Talvez não seja um acaso o fato do titular do departamento nacional encarregado dos novos investimentos em infraestrutura de transporte estar à cargo daquele que é conhecido como o braço direito do governador Blairo Maggi.

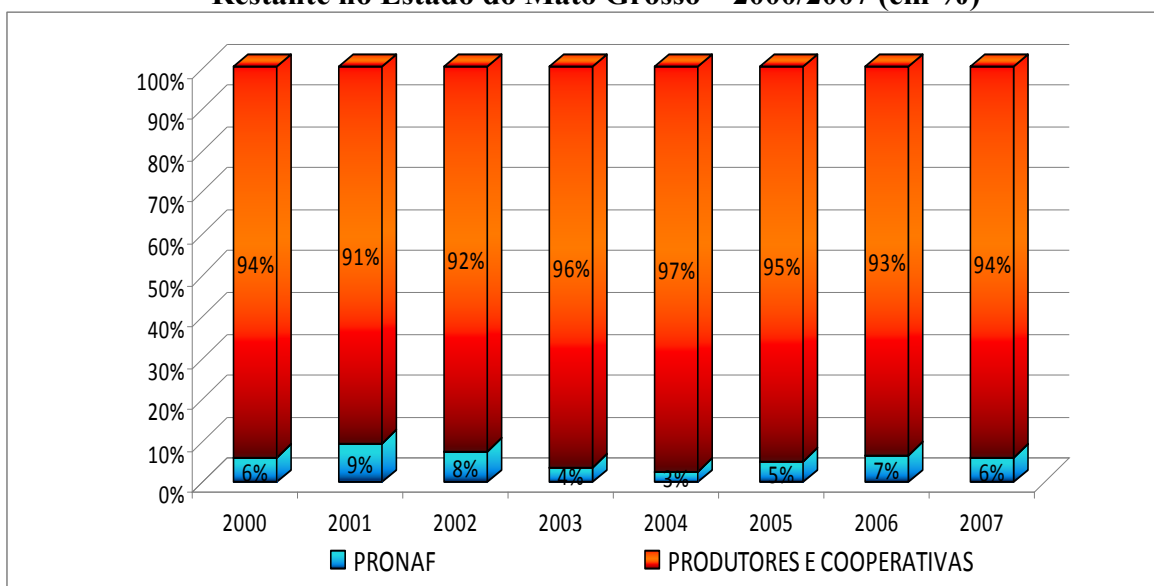
destinados aos agricultores compreendidos no grupo “não-familiar” (ou seja, não atendido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf).

Figura 3: Cinco Principais Produtos na Aplicação de Recursos para Custeio das Lavouras do Mato Grosso – 1999/2007 (em %)



Fonte: BACEN (Anuário Estatístico do Crédito Rural, vários anos). Elaboração dos autores.

Figura 4: Comparação entre o Montante de Recursos Aplicados no Pronaf e no Restante no Estado do Mato Grosso – 2000/2007 (em %)



Fonte: BACEN (Anuário Estatístico do Crédito Rural, vários anos). Elaboração dos autores.

No caso da Bahia, por exemplo, foram aplicados no crédito rural em 2004 R\$ 1,245 bilhão, envolvendo um total de 191 mil contratos, montante que foi quase o quádruplo do total de recursos verificados em 2001. Igualmente crescente, até 2004 pelo menos, foi a participação dos valores das operações baianas sobre as operações nacionais, que saltaram, no mesmo intervalo, de praticamente 2% para 3% das operações brasileiras do sistema. No entanto os recursos são fortemente concentrados nos contratos mais elevados, o que não necessariamente pode representar *uma contradição com um determinado modelo de agricultura e sim uma consequência*. Visto de uma outra perspectiva, porém, tal concentração tem levado ao acirramento de algumas condições financeiras (como o endividamento), sociais e ambientais que podem colidir com os objetivos mais amplos previstos nos planos e estratégias de desenvolvimento regional. De qualquer forma, tal concentração pareceu crescente no contexto baiano, visto que, para ficarmos num exemplo, em 2003 e 2004, em movimento contrário aos dois anos antecedentes, os contratos acima de R\$ 150 mil passaram a responder por mais da metade dos recursos, apesar de constituírem-se apenas 1% das operações. Essa enorme participação nos recursos contradiz, obviamente, o reduzido peso que o setor patronal/empresarial tem no conjunto dos estabelecimentos rurais e na sua capacidade de absorção de mão-de-obra, e mostra que o acesso da agricultura familiar ao financiamento é ainda pequeno se considerado o seu “tamanho” no número de propriedades e no pessoal ocupado na atividade agropecuária (ao redor de 80%).

Tabela 1: Distribuição do Crédito Rural segundo Municípios Baianos – 2000-2004
 (em % do valor total do SNCR do Estado)

SNCR	2000		2001		2002		2003		2004	
	Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%	Cidade	%
1	São Desiderio	15,80	São Desiderio	14,38	São Desiderio	13,76	São Desiderio	22,03	São Desiderio	22,33
2	Barreiras	13,65	Barreiras	6,84	Barreiras	10,52	Barreiras	12,68	Barreiras	10,84
3	Formosa R Preto	8,24	Formosa R Preto	5,88	Formosa R Preto	6,32	Formosa R Preto	7,67	Formosa R Preto	7,72
4	Salvador	5,51	Riachão Neves	5,04	Luis Eduardo	4,09	Correntina	5,68	Riachão Neves	4,84
5	Riacho das Neves	3,62	Salvador	4,12	Correntina	3,69	Riachão Neves	4,25	Correntina	4,74
6	Vitória da Conquista	1,99	Luis Eduardo	2,97	Riachão Neves	2,65	Luis Eduardo	2,52	Luis Eduardo	4,51
7	Bom Jesus Lapa	1,90	Bom Jesus Lapa	2,13	Uruçuça	2,56	Jaborandi	1,49	Jandaira	2,65
8	Correntina	1,58	Feira Santana	1,88	Ilhéus	1,85	Juazeiro	1,13	Jaborandi	1,86
9	Serra do Ramalho	1,31	Mimoso Oeste	1,74	Juazeiro	1,03	S.Gonçalo Campos	1,02	Salvador	1,67
10	Feira de Santana	1,30	Parapiranga	1,61	Parapiranga	0,92	Parapiranga	0,99	S.Gonçalo Campos	1,28
	Acumulado	54,90	Acumulado	46,59	Acumulado	47,39	Acumulado	59,47	Acumulado	62,45

Fonte: Banco do Brasil/DIRAG/GEPOR e Pronaf/SAF/MDA. Elaboração dos autores.

Uma passagem pela Tabela 1, acima, e pela Figura 5, a seguir, mostrará que o crédito está extremamente concentrado também espacialmente, privilegiando a região Oeste do estado, em especial. Com efeito nos anos aqui considerados poucos municípios detêm a maior parte dos recursos. Se tomarmos os dez primeiros em cada ano, como consta da tabela, veremos que essas dez cidades acumulam entre 50 a 60% de todo o crédito rural, com destaque para os municípios de São Desidério, Barreiras e Formosa do Rio Preto, refletindo adicionalmente a extensão territorial dos mesmos e a concentração dos chamados pólos dinâmicos e competitivos. Somente São Desidério chegou a representar mais de 1/5 dos recursos nos anos de 2003 e 2004. Essa situação reflete ainda um forte processo de concentração fundiária, evidenciado pela Figura 6 (mapa que apresenta os municípios baianos conforme o índice de Gini relativo a estrutura agrária dos mesmos, sendo aqueles com cores mais intensas os de maior concentração de terras). Para tomarmos o município citado, as Estatísticas Cadastrais do Inbra, de 1998, indicavam que os imóveis acima de 5 mil hectares representavam apenas 0,5% do total de imóveis, mas 43% do total da área. Em Barreiras a situação é semelhante: o mesmo intervalo equivalia a 1,85% dos imóveis e a 34% da área.

Figura 5: Mapa com os Municípios que mais acessaram o Crédito Rural – Bahia – 2001-4

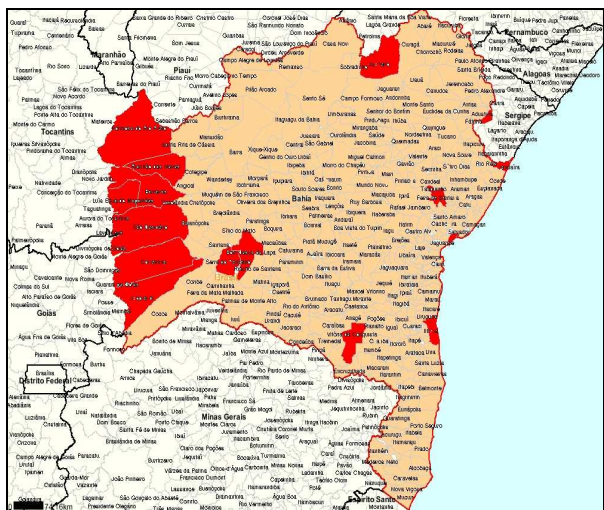
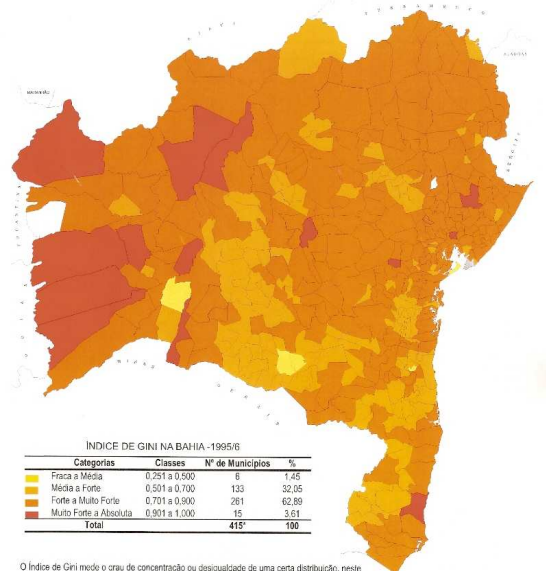


Figura 6: Concentração Fundiária – Índice de Gini dos Municípios Baianos



O Índice de Gini mede o grau de concentração ou desigualdade de uma certa distribuição, neste

Fonte: Censo Agropecuário, 1995-96, IBGE.
Elaboração: Projeto Geografar/UFBA

É importante mencionar, ainda, que não basta estudar a ação do Estado mas é preciso contemplar também as estratégias empresariais que dirigem-se para essas regiões. Nessas estratégias mesclam-se e conflitam-se os interesses do setor agropecuário propriamente dito e aqueles das empresas

Porém tal separação pode validar algumas situações e não outras. É de supor que, a exemplo das ações do Estado, as estratégias aí desenhadas impulsionem (ou alterem as posições) de um conjunto significativo de ‘atores’, que por sua vez não se restringem à área rural. Isso implica num diálogo próximo com a dimensão espacial que tais ações abrangem. A preocupação com cruzamento entre a intervenção do Estado e as estratégias empresariais levou a que o Oeste baiano também se tornasse foco de atenção do projeto, como já mencionamos.

Essa constatação torna imprescindível o estudo dos elementos que atuam na formatação dessas estratégias e seus resultados locais: tamanho dos empreendimentos, mecanismos de financiamento, origem do capital, setor de atuação, padrão tecnológico, etc. o que não será aqui desenvolvido. Além disso, estão também em contínuo processo de construção e reconstrução as formas de representação desses segmentos (e suas interligações), bem como os campos de disputa (p.ex. cana x grãos; produtores x *tradings*, etc.) e as táticas empregadas no tratamento em relação ao Estado, movimentos sociais, ongs, concorrentes internacionais, consumidores, etc.

Retomando o tema das políticas públicas, é interessante observar que tais ações têm ultrapassado a prática usual das reivindicações por crédito propriamente dito, para dar lugar a mecanismos mais ‘difusos’, como os subsídios à comercialização de produtos do agronegócio ou ainda valendo-se de toda sorte de incentivos fiscais, patrocinados pelos governos estaduais e municipais, como é o caso da conformação de distritos (agro)industriais em cidades como Uberlândia (MG), Rio Verde (GO), Luiz Eduardo Magalhães (BA), etc., provocando na localização espacial dos setores produtivos um reordenamento territorial que já havíamos observado para a instalação das famílias e seu respectivo padrão de segregação urbana. Ou ainda, tratando dos mecanismos especiais de renegociação das dívidas agrícolas.

Sobre esse tema, o estudo de Graziano da Silva e Del Grossi (2006), nos mostra que nas negociações que resultaram no programa de securitização de 1995, os contratos de até R\$ 50 mil representavam 65% do número total de operações e 8% dos recursos; já os contratos acima de R\$ 200 mil compunham 14% das operações e 71% do estoque da dívida. Na renegociação dos contratos maiores, alguns anos depois, conhecida como Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), a participação dos pequenos contratos, de até R\$ 50 mil, somava 19% das operações e praticamente nada do estoque do endividamento do setor. Já as grandes operações (acima de R\$ 200 mil) respondiam por 50% dos contratos e 98% do total da dívida. Isso indica que a política de financiamento, em termos de custo para o Estado, tem uma contrapartida importante nos gastos quando a situação de endividamento passa a desempenhar um papel importante nas negociações entre governo e produtores rurais em torno das políticas agrícolas.

Entre 2002 e 2005 foram comprometidos cerca de R\$ 9 bilhões na renegociação das dívidas, subdivididos entre a dívida mobiliária propriamente dita, encargos dos diferentes programas e a remuneração dos bancos. Assim, levando-se em conta que a maior parte desse custo refere-se ao refinanciamento de grandes agricultores, parece adequado dizer que o gasto do governo com o setor patronal não deve ser compreendido apenas pelas despesas diretas do MAPA e dos empréstimos do crédito rural, mas integrar igualmente, os gastos com o carregamento da dívida (ascendentes). Atente-se para o fato de que até aqui se tratou apenas do custo público do carregamento da dívida, e não do estoque (privado) da dívida propriamente dito. Este último tem sido estimado em um montante que varia de R\$ 80 a R\$ 131 bilhões, de acordo com a fonte consultada²⁴.

Esse quadro é útil para compreender os termos da negociação do endividamento envolvendo agricultores patronais e suas organizações representativas, parlamentares da chamada

²⁴ Levantamento realizado pela Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA, divulgado pelo jornal Valor Econômico em 2007, mostra que, de 1997 a 2006, o custo público com a rolagem da dívida atingiu o valor de R\$ 10,433 bilhões, enquanto o subsídio ao exercício das políticas setoriais chegou a R\$ 16,328 bilhões. Ou seja, praticamente 40% dos recursos governamentais com essas despesas setoriais “indiretas” foram direcionados ao saneamento das dívidas do agronegócio. Ainda segundo o Valor, dados coletados junto à Assessoria da Presidência da República informavam que, num universo de 3 milhões de agricultores, 10 mil se encontravam na situação de devedores, concentrando-se o grosso do endividamento sobre não mais do que 1.800 contratos.

bancada ruralista e representantes do Governo Federal (em particular do Ministério da Fazenda e do MAPA), fato que transposto para a esfera local/regional onde tais atores concretizam seus investimentos e atividades, nos leva a ressaltar a forma como tais configurações são definidas concretamente.

Diversidade das configurações sociais

Se hoje já contamos com uma bibliografia importante, sobretudo de geógrafos e de alguns economistas, sobre a “dinâmica” do agronegócio (e das suas áreas de expansão) ainda são muito poucos os estudos mais qualitativos direcionados ao tema²⁵. Em geral constatamos a existência de trabalhos sobre produtos, sobre determinados grupos empresariais ou ainda sobre trabalhadores ou, numa outra perspectiva, sobre projetos específicos. Trata-se, em boa parte, de trabalhos importantes, porém pontuais, pois ainda que forneçam dados relevantes sobre essa realidade em transformação, não permitem uma visão do conjunto (ou, se preferirmos, de uma imagem do conjunto) da “sociedade” do agronegócio.

Com efeito, até os anos 70 do século passado, as terras dos estados do Centro-Oeste, hoje cobertas pela soja, eram consideradas inadequadas para agricultura e eram ocupadas por populações indígenas e pequenos posseiros, além de algumas fazendas de pecuária extensiva dispersas ao longo de um vasto território. Já regiões como o Triângulo Mineiro e o Oeste baiano eram áreas tradicionalmente ocupadas pela criação de gado, praticada principalmente em grandes fazendas, e cultivos ligados à pequena produção agrícola destinada ao consumo local e regional. Se, nas suas chapadas, usadas para o criatório, havia uma população rarefeita, seus vales, ao contrário daqueles do Centro-Oeste, abrigavam uma população de certa monta, no caso do Triângulo cidades de importância econômica, sendo a região ela própria cortada por estradas que ligavam o Sul e o Sudeste ao centro e ao norte do país.

²⁵ Há uns poucos estudos de sociólogos (como, por exemplo, os trabalhos de Barrozo, 2008 e Fernandes, 2007, sobre o Mato Grosso) e os de antropólogos são quase inexistentes, com raras exceções, como é o caso de Andrade (2008). No caso dos geógrafos, além daqueles já citados, para as áreas examinadas, em particular, poderíamos lembrar adicionalmente dos estudos de Cleps Jr. (1998), direcionados ao Triângulo Mineiro, e de Bernardes e Freire (2005), sobre o Mato Grosso; ou ainda os de Haesbaert (1997) sobre a Bahia. A produção acadêmica dos economistas é bem mais numerosa e concentrada sobre os aspectos quantitativos da dinâmica setorial.

Como vimos, os programas governamentais de ocupação dos cerrados desencadeados, com algumas variações, em diferentes estados, nos anos 1970, levariam junto com a soja e outros produtos, agricultores com um perfil que consideravam adequado ao tipo de agricultura que planejavam desenvolver, minimamente familiarizados com um certo paradigma tecnológico. Assim, a presença de parte substancial da população que movimenta o chamado agronegócio nessas regiões também é fruto de políticas públicas. Deslocamentos promovidos diretamente pelo Estado, como assentamentos do Incra que estiveram na origem de alguns municípios sojicultores em Mato Grosso; ou outros em que o Estado esteve associado a cooperativas do Sul ou do Sudeste do país para fixar colonos interessados em estabelecerem-se no cerrado, como ocorreu no Triângulo Mineiro; ou ainda seu estímulo à ação de colonizadoras privadas, foram responsáveis por uma ocupação mais densa dessas áreas ou pela substituição de populações pré-existentes, e iriam marcar profundamente a configuração das relações sociais.

O privilégio dado pelo Estado a colonos do Sul fez com que eles fossem os primeiros a chegar em áreas como o Alto Teles Pires, em Mato Grosso, vendo-se e sendo vistos, em poucos anos, os “do lugar”, os desbravadores do que teria sido até então um “espaço vazio”, ancorados em uma ideologia do “pioneirismo”, em que o Estado desaparece como protagonista. E, como os “da terra”, os “pioneiros” ou os “seus filhos” tinham vindo a se contrapor aos que - de fora do seu circuito – chegariam (atraídos por oportunidades de diferentes naturezas) aos seus municípios. Em Minas, pelas características que sinalizamos do Triângulo, a ideologia do pioneirismo assumiria uma forma mais moderada, pois os recém-chegados defrontaram-se com uma população com uma identidade bem definida e com uma classe dominante diversificada (grandes fazendeiros, grandes empresários comerciais e industriais) e bem estabelecida.

Os dados estatísticos deixam claro que esses deslocamentos envolveram, basicamente, famílias de outras regiões do país. Os naturais do Paraná, seguidos pelos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, na região matogrossense, e pelos paulistas, nos municípios estudados no Triângulo Mineiro, são majoritários em ambos os casos. A presença de migrantes vindos de estados de outras regiões, de outros municípios, do Mato Grosso inclusive, em Sorriso e Lucas do Rio Verde só crescerá a partir dos anos 1990, com o

estabelecimento de um número importante de pessoas provenientes do Nordeste, em especial do Maranhão. Nos municípios do Triângulo, a migração de paranaenses e paulistas anda *pari passu* com a de nordestinos, onde os baianos se destacam (embora menos hegemônicos que os maranhenses em Mato Grosso) e ambas têm o seu pique nos mesmos anos 1990 (Censo Demográfico, 2000).

Não parece, pois, casual que o “mapa social” elaborado pelos que vivem nessas regiões remeta ao local de nascimento efetivo ou suposto das pessoas a quem estão se referindo: “gaúchos” e “maranhenses” na área de soja em Mato Grosso; “paulistas” ou “paranaenses” e “baianos”, além dos “mineiros” na área cafeeira do Triângulo Mineiro²⁶. É valendo-se desse tipo de classificação que as pessoas dos lugares estudados reportam a pesquisadores a história dos lugares onde vivem, que elas se localizam no cotidiano (“falei hoje com um maranhense”; “na festa só tinha gaúcho” ou “a fazenda é de um paranaense”; “encontrei um baiano na rodoviária”) ou mesmo classificam os espaços de sua cidade (“bairros de gaúcho”, os mais valorizados, e “bairros de maranhense”, os de condições mais precárias, para ficarmos apenas com o exemplo de Mato Grosso), estabelecendo ou confirmando uma segregação geográfico-social que tem impressionado visitantes. Essa segregação se manifesta também nas imagens que os sulistas elaboram a respeito dos maranhenses (ou em Minas, os paranaenses acerca dos baianos) que concentram a seus olhos todos os vícios e são responsabilizados pela violência que estaria se instaurando nas cidades da região, sem que haja acusações tão contundentes na direção oposta. O trabalho de campo nessas regiões, todavia, mostra que não há coincidência perfeita entre as classificações locais e as classificações estatísticas oficiais. Assim, ser considerado gaúcho não significa ter nascido no estado do Rio Grande do Sul e muito menos ter nascido nos pampas, como nos ensinam os dicionários. Se a maioria absoluta dos que vivem na área de soja que estudamos em Mato Grosso vem do Sul do Brasil, entre estes predominam, desde os primeiros momentos da ocupação, os nascidos no estado do Paraná e há também um grande volume de nascidos em

²⁶ Essa classificação social das pessoas de acordo com o seu local de nascimento ou origem já havia sido assinalada por Pierre Monbeig nas áreas de expansão do café no estado de São Paulo no final dos anos 1930, onde à contraposição entre “paulistas”, identificados com o cultivo do café e “mineiros”, associados à “agricultura de auto-subsistência” e à criação de suínos, que antecederiam o plantio de cafezais, iria somar-se aquela entre “paulistas”, tomados como tais os grandes produtores de café, e “baianos”, termo usado para designar os que trabalhavam nos cafezais, em sua maioria vindos do Nordeste (Monbeig, 1984).

Santa Catarina. “Gaúcho”, às vezes, é intercambiável com “sulista” mas identidades associadas a outros estados específicos, como os majoritários paranaenses, não são socialmente correntes. Referências ao estado do Paraná e aos paranaenses aparecem, vez por outra, em placas singularizando casas comerciais ou seu proprietário – “Armazém Paraná” ou “Restaurante O Paranaense”, que continua, entretanto a ser incluído genericamente entre os gaúchos.

No Triângulo Mineiro em áreas predominantemente sojicultoras, como Iraí de Minas, município onde primeiro se estabeleceriam colonos do sul, apoiados por programas governamentais nos anos 1970, “gaúcho” opera como termo classificatório de modo semelhante a Mato Grosso. O mesmo parece ocorrer em municípios mais ao norte, onde, associados ao cultivo da soja ou de outros produtos, migrantes do sul são assim identificados²⁷. Todavia, no conjunto do Triângulo Mineiro, onde os paranaenses, como no Alto Teles Pires, são migrantes majoritários e, em especial, nas áreas cafeicultoras, “paranaense” e/ou “paulista” é o termo que designa os que vêm do Sul. O primeiro tende a prevalecer, ainda que, especificamente na área do café, os próprios paranaenses possam se declarar “paulistas” de origem – se dizem de famílias cafeicultoras paulistas que teriam se deslocado para o Paraná e que mais recentemente teriam inaugurado o cultivo do café do cerrado no Triângulo - assinalando uma certa “tradição” de produtores de café, que seria a sua marca.

Uma explicação concebível para essa dissociação entre identidade vinculada à origem e a natalidade efetiva seria se estar confundindo o local de procedência com o local de nascimento. Mas nem em termos estatísticos nem em termos das formulações locais isso se sustenta. Mesmo que uma grande quantidade de migrantes, nos dois casos estudados, tenha provindo de estados ou municípios diferentes daqueles seus de origem, os censos separam, com clareza, estado e município de origem de estado e município de nascimento. E, quando se trata das representações das populações estudadas, fica claro que as pessoas, na maior parte das vezes, englobam sem problemas um paranaense ou um catarinense na categoria

²⁷ A categoria “gaúcho” já foi objeto de atenção de alguns pesquisadores. Maristela Andrade para Maranhão; Rogério Haesbaert para Bahia, Christine Chaves para Minas Gerais e, antes, José Vicente Tavares dos Santos e Luis Roberto Cardoso de Oliveira para Mato Grosso.

“gaúcho”, mesmo sabendo que ele não é nascido no Rio Grande. O que parece estar em jogo são certos atributos sociais, que, por sua vez, não são fixos, variam²⁸.

A primeira impressão que se tem é que essas classificações servem para agrupar, em dois conjuntos distintos, proprietários rurais e outros agentes sociais ligados ao mundo do agronegócio em oposição a migrantes nordestinos vinculados ao mundo do trabalho. Afinal de contas, a confirmar essa aproximação estariam as estatísticas que nos mostram que, nos dois municípios estudados de Mato Grosso, todos os proprietários rurais são provenientes da região Sul e que, naqueles de Minas Gerais, onde os “mineiros” representam a maioria deles, há um percentual expressivo de proprietários de terras do sul do país enquanto são pouquíssimos os nordestinos em tal condição. Mas essa nitidez se desfaz quando verificamos nessas mesmas estatísticas que os sulistas também são majoritários entre os empregados na agricultura, tanto entre os que têm carteira de trabalho assinada quanto entre os que não têm contratos de trabalho formalizados, identificados via de regra como os trabalhadores com piores condições de vida e trabalho. Por, outro lado, a observação direta das áreas evidencia uma grande diversidade no interior das categorias sociais “produtores” e “trabalhadores”. Entre os “produtores”, “empresários”, “agricultores”, “chacareiros”, “assentados”. Entre os trabalhadores, “braçais”, “operadores de máquinas” e o “pessoal das oficinas”, dentro das fazendas; além da massa dos trabalhadores fixos ou temporários, que, em boa parte, escapa ao filtro das classificações estatísticas, que circulam entre os bairros periféricos das cidades e as fazendas, entre atividades agrícolas e o emprego nos silos e indústrias de beneficiamento nos núcleos urbanos (Novaes, 2009). Complexificando mais ainda esse quadro, a constatação de que “assentados” e “chacareiros”, que são proprietários de lotes de terra relativamente pequenos, trabalham diretamente suas terras com suas famílias, mas também “agricultores” com superfícies de terra expressivas não apenas gerenciam suas propriedades

²⁸ Parece importante no entendimento desse ponto (algo que não pode ser desenvolvido plenamente nos limites deste texto) considerar que esses migrantes vêm das chamadas “áreas coloniais” do Rio Grande do Sul. Via de regra, são descendentes dos imigrantes italianos e alemães que, a partir de meados do século XIX, se instalaram naquele estado, como também em outros da região Sul. Localmente e em certos tipos de situação não se dizem e não são vistos como “gaúchos”, mas sim “de origem”, opondo-se a “brasileiros” ou “caboclos”. Mas, sobretudo são famílias que, antes da soja e dos cerrados, já se espalhavam pelos estados vizinhos (Santa Catarina e Paraná) sempre como colonos enfrentando a fragmentação de suas propriedades, operando sobre um território que não respeitava (e que parece continuar a não respeitar hoje, tanto lá quanto nas áreas de expansão da soja ou de outros produtos) a divisa entre estados da Federação.

como também “sobem no trator”, quando não executam outros trabalhos junto com membros da família e alguns empregados. E, no outro extremo, a constatação de que os que migram do Maranhão para Mato Grosso, para trabalhar nas plantações de soja não são os que nos lugares de origem se encontram em pior situação econômica, havendo casos de proprietários de terras com trabalhadores fixos em suas fazendas naquele estado que descem para o Centro-Oeste, buscando através do trabalho assalariado nas plantações de soja recursos monetários para expandir seus negócios no estado de origem (Rumstain, 2009).

A consideração dessa complexidade leva-nos a questionar a idéia de que esse encontro de populações possa ser explicado simplesmente em torno de conexões causais lineares, como a suposição de que o agronegócio, abrindo perspectivas de lucro para uns e de emprego para outros, estaria atraindo excedentes populacionais de outras regiões. Pelo menos nas áreas que estudamos, os “fluxos migratórios” não parecem ser exatamente complementares. Os próprios grandes conjuntos em que a sociedade se vê dividida não preexistem a sua convivência, ainda que algumas oposições entre as categorias que são acionadas e dos atributos positivos ou negativos que a eles se associam pudessem existir previamente.

Um fato comum aos que vieram do sul do país é que esse deslocamento para Mato Grosso ou outros estados não representou uma primeira experiência. A grande maioria deles, para não dizer a quase totalidade, tinha experiência própria, à frente de suas famílias ou, no caso dos mais jovens, acompanhando a sua família de origem, de deslocamentos anteriores dentro da região Sul e/ou deslocamentos ocorridos no interior do próprio estado onde hoje vivem, antes de chegar ao seu local atual de moradia. Esses deslocamentos, coletivos ou individuais, mas sempre geridos pela família, fizeram com que alguns dos atuais residentes na região estudada tenham deixado parentes mais ou menos próximos (pais, filhos, irmãos, tios, primos etc.) nos locais de origem e também em regiões por onde passaram, essas redes se estendendo por vezes a áreas mais à frente, ainda em processo de incorporação à produção agrícola “moderna”. As relações com esses parentes são atualizadas de várias maneiras, uma delas sendo as visitas no período da entressafra ou nas festas de final do ano. Esses mecanismos que funcionaram no passado continuam a ser acionados e condicionar as decisões de mudança. A perspectiva de deslocamento parece ser tão essencial ao planejamento da reprodução social dessas famílias quanto a existência de terra para exercer a

sua atividade produtiva. Longe de ser alguma coisa que só se coloca em situações-limite, a possibilidade de deslocamento para outro lugar, onde, sendo os primeiros em chegar possam ter acesso a uma parcela de terra ou a uma parcela maior, é avaliada cotidianamente (Desconsi, 2009). Mesmo os que se deslocam como trabalhadores assalariados, em sua maioria, obedecem a uma estratégia familiar e têm a propriedade de uma parcela de terra, seja no mesmo local ou em locais mais distantes onde o preço da terra é menor, em seu horizonte.

Mesmo que também orientados por estratégias familiares, os deslocamentos de maranhenses para Mato Grosso e de baianos para Minas Gerais oferecem uma dinâmica distinta. Nem os municípios do Alto Teles Pires nem aqueles do Triângulo mineiro representam um ponto de chegada para uns e outros, nem a obtenção de terra nessas regiões um objetivo maior. Para muitas famílias, fundamentalmente, a infraestrutura rodoviária aberta nas áreas de agronegócio é um meio de acesso ao mercado de trabalho em áreas agrícolas ou agroindustriais no centro, no sudeste e no sul do país. Essas famílias perfazem um trajeto que passa pelo trabalho temporário em diversas regiões, conforme a safra de diferentes produtos, retornando ao final a seus locais de origem. Assim, há maranhenses que trabalham na colheita de soja em Mato Grosso, dali seguem para a apanha de café no Triângulo Mineiro, deslocando-se posteriormente para São Paulo ou Paraná, para o corte de cana-de-açúcar ou para a colheita do algodão, retornando, ao final ao Maranhão, repetindo esse ciclo anualmente. O mesmo acontece com os baianos que trabalham, com alguma regularidade, na colheita de café em Minas Gerais, e que, uma vez acabado o ciclo agrícola desse produto, seguem roteiro similar ao dos maranhenses, antes de retornar aos seus roçados no Nordeste. Tanto no caso dos “maranhenses” quanto no caso dos “baianos”, mesmo que alguns acabem se estabelecendo nos lugares para onde se deslocam em busca de trabalho, com emprego na construção civil ou no pequeno comércio, prevalece o modelo de sua casa continuar sendo no estado de origem. Assim, a perspectiva de trabalho em uma região mais próxima da família e/ou a oferta de salários mais altos pode transformar aquele longo percurso em um movimento de idas e vindas entre a área de residência e área escolhida como local de trabalho, como parece estar acontecendo hoje em Mato Grosso. Os recursos obtidos no trabalho nas fazendas de Mato Grosso não são, neste caso, utilizados para a compra de terra

ou de outros bens que permita aos maranhenses estabelecerem-se nesse estado, mas são canalizados, pelo menos idealmente, para o reforço da posição de suas famílias no Maranhão, o que pode incluir compra de terra ou gado ou simplesmente o incremento do padrão de consumo dessas famílias (Rumstain, 2009).

Se, numa primeira aproximação, formos falar de conflitos ou disputas entre “gaúchos” e “maranhenses” no Mato Grosso da soja ou entre “paranaenses”/ “paulistas” e “mineiros” ou “baianos” no Triângulo do café do cerrado, diremos que estamos diante de uma “disputa imperfeita”. Não se trata de uma disputa entre grupos assimétricos (como efetivamente são) por um mesmo objeto. Há sim uma disputa de “território”, como assinalado na segregação espacial, mas de territórios que as estratégias familiares de uns e outros recortam de modo diverso. As modalidades de presença são distintas. Os sulistas, nos dois casos, querem estabelecer-se, e o estão fazendo, como em seu mundo. Sintomaticamente, em Mato Grosso eles se definem como os “do lugar”, os “da terra”, e, no Triângulo do café, se essa identificação continua sendo própria aos mineiros, há exemplos de disputa dessa condição por paranaenses (Souza Jr, 2009). Mas o mundo e o lugar dos nordestinos é outro, é onde estão suas famílias. As fazendas de soja e de café são territórios de passagem, mesmo quando essa passagem se prolonga. São dois grupos em permanente movimento que, por assim dizer, esbarram, obrigando-se a buscar regras de convivência de difícil equacionamento.

Considerações finais

Do exposto no presente trabalho, que avança considerações preliminares do estudo, algumas observações podem ser adiantadas. Primeiramente é importante ressaltar o “caráter”, a intensidade e a velocidade com que tais transformações passaram a ser operadas nas regiões examinadas. No entanto é preciso chamar a atenção para o risco de uma análise “chapada” desse processo, que, à despeito de enunciar o caráter desigual dessas mudanças (além dos seus chamados “efeitos perversos”), desconsidera a complexidade dessas transformações e os diferentes feixes que estas mobilizam.

Um dos elementos para o qual buscou-se atentar no presente texto, refere-se ao ainda importante “papel do Estado”, que, embora minimizado pelos “intérpretes” da dinâmica do agronegócio, permanece atuante, seja por meio de políticas setoriais relativas ao meio rural/agroindustrial, seja por intermédio de políticas mais globais (como aquela de infraestrutura) ou ainda na tentativa de estabelecer um marco regulatório no campo das relações de trabalho e do meio ambiente.

Na mesma direção é importante mencionar as distintas configurações sociais que marcam o estabelecimento da chamada “sociedade do agronegócio” e a diversidade de projetos estratégicos que as mesmas comportam. O estudo permitiu vislumbrar, entre outros aspectos, a presença hegemônica dos “de fora”, com diferenças marcantes entre os casos observados no Mato Grosso e aqueles analisados em Minas Gerais, ainda que alguns casos, como no Mato Grosso, os “de fora” passam a se apresentar como os “do lugar”. Da mesma forma, pareceu-nos que uma série de conflitos marcou decisivamente os rumos observados nesse processo de transformações sociais nas últimas décadas. Conflitos esses que se estabeleceram não apenas numa chave mais convencional - trabalhadores de um lado e médios e grandes produtores rurais de outro - mas também entre os próprios trabalhadores envolvidos nas atividades rurais (maranhenses x mineiros) ou ainda nas lógicas distintas que informam o processo de expansão das agroindústrias nessas regiões, contrapondo os interesses do setor de esmagamento de grãos (e, em decorrência, do setor produtor de carnes brancas) aos interesses dos próprios produtores rurais de médio ou grande porte, ou, ainda, àqueles do setor sucro-alcooleiro, que tem avançado sobre os “territórios” da soja.

Referências Bibliográficas

- ALVES, V.E.L. (2005). Barreiras/Luiz Eduardo Magalhães (BA); Balsas (MA); Uruçui/Bom Jesus (PI): as novas cidades para o agronegócio nos cerrados nordestinos. *III Simpósio Nacional de Geografia Agrária*. Presidente Prudente: Unesp.
- ANDRADE, M. (2008). *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA.
- ARAUJO, N. B. d., et al. (1990). *Complexo agroindustrial: o "agribusiness" brasileiro*. 1a. ed. São Paulo: Agroceres.
- BARROS, G.S.C. (org.) (2006). *Agronegócio brasileiro: perspectivas, desafios e uma agenda para o seu desenvolvimento*. Piracicaba: ESALQ/USP.
- BARROZO, J. C. (org.). (2008). *Do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT.

- BERNARDES, J.A.; FREIRE Fo., O. (orgs.). (2005). *Geografias da soja*. Rio de Janeiro: Arquimedes.
- BERTRAND, J.P. et al. (2004). *L'analyse des déterminants de l'avancée du front du soja en Amazonie Brésilienne : le cas du Mato Grosso*. Paris : INRA.
- BRANDÃO, A.S.P., REZENDE, G.C., MARQUES, R.W.C. (2006). Crescimento agrícola no período 1999/2004: a explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. *Economia Aplicada*, 10 (2): 249-266.
- BRUNO, R. (2002). Com a boca torta pelo uso do cachimbo: Estado e empresários agroindustriais no Brasil. In: Moreira, R., Costa, L. (orgs.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad.
- BRUNO, R. (2006). *Agronegócio: o despontar de um novo Príncipe*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Mimeo.
- CANUTO, A. (2004). Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Revista NERA*, 7 (5).
- CASTRO, A.C. (2007). O *catching-up* do sistema agroalimentar brasileiro: estratégias nacionais de desenvolvimento, instituições e empresas. In: Lima, E. et al. (orgs.) *Mundo rural IV: configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: Mauad/Edur.
- CASTRO, A.C., FONSECA, M.G. (1994). O potencial do agribusiness na fronteira. *Revista de Economia Política*, 14 (1).
- CLEPS Jr., J. (1998). *Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro*. Rio Claro: Unesp. (Tese de Doutorado).
- CONTINI, E. et al. (2006). Evolução recente e tendências do agronegócio. *Revista de Política Agrícola*, 15 (1): 5-28.
- DAVIS, J.H., GOLDBERG, R.A. (1957). *A concept of agrobusiness*. Division of research graduate school of business administration. Boston: Harvard University.
- DESCONSI, C. (2009). *A marcha dos "pequenos" proprietários rurais no Mato Grosso: um estudo a partir da trajetória de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião de Alto Teles Pires*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Dissertação de Mestrado).
- ELIAS, D. (2006). Agronegócio e desigualdades socioespaciais. Elias, D., Pequeno, R. (ed.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. 1a. ed. Fortaleza: BNB. p. 25-82.
- FERNANDES, A.J.C. (2007). *Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. Porto Alegre: UFRGS. (Tese de Doutorado).
- FREY, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, Brasília, IPEA, n. 21, jun.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1991). Complexos agroindustriais e outros complexos. *Reforma Agrária* 21(3): 5-34.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1993). Condicionantes para um novo modelo agrário e agrícola. In: Appy, B. et al. *Crise brasileira: anos oitenta e governo Collor*. São Paulo: CGIL/CUT.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1995). A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. In *Brasil em artigos*. São Paulo. SEADE.
- GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M., DEL PORTO, E. (2006). (Re)Negociação das dívidas agrícolas. In: *Anais do XLIV Congresso da SOBER*, Fortaleza.
- GUILHOTO, J., et al. (2005). *Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul*. 1a. ed. Brasília: NEAD.
- HAESBAERT, R. (1997). *Des-territorialização e identidade – a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: Eduf, 1997.
- HEREDIA, B.M.A. de (1989). *Formas de dominação e espaço Social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo. MarcoZero, MCT/CNPq.
- KAGEYAMA, A. (coord.). (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Delgado, G. et al. (orgs.) *Agricultura e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA.
- KAUTSKY, K. [1899] (1986). *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção 'Os Economistas'.
- LEITE, S. P. (1990). Estratégias agroindustriais, padrão agrário e dinâmica intersetorial. *Rascunho* 7: 54.

- LEITE, S. (1998). *Inserção internacional e financiamento da agricultura brasileira (1980-1996)*. Campinas: IE/Unicamp. (Tese de doutorado).
- LEITE, S. P. (2005). *Revisitando o papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro : notas sobre a insustentabilidade do predomínio de uma estratégia agroexportadora*. Brasília : MDA/CONDRAF.
- MARTA, J.M.C., FIGUEIREDO, A.M. (2007). *Uma interpretação política da introdução da soja no cerrado de Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT. Texto para Discussão, 01.
- MENDONÇA, S. R. (2005). Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. *Histórias e Perspectivas*, Uberlândia, (32/33): Jan-jun/ago-dez. p. 91-132.
- MENEZES, A.H., PINHEIRO, J.C. (2005). O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira. *Revista de Política Agrícola*, 14 (3).
- MONBEIG, P. (1984). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucite/Polis.
- MORAES, D.; VILELA, S. (2003). Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade. In: Carneiro, M., Maluf, R.(orgs.). *Para além da produção*. Rio de Janeiro: Mauad.
- MULLER, G. (1981). *O complexo agroindustrial brasileiro*. São Paulo: EAESP/FGV. Relatório n. 13.
- MULLER, G. (1983). Agricultura e industrialização no campo. *Revista de Economia Política*. 2 (1).
- MULLER, G. (1991). Observações sobre a noção de complexo agroindustrial. *Rascunho*, Araraquara, n.19, p.3-28, out.
- NOVAES, R. (2009). *Forasteiros: trajetórias, experiências de trabalho e práticas de deslocamento dos trabalhadores do café no Alto Paranaíba*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Dissertação de Mestrado).
- NUNES, E., CONTINI, E. (2001). *Complexo agroindustrial brasileiro: caracterização e dimensionamento*. São Paulo: Abag
- OLIVEIRA, A.R. (2005). A expansão do agronegócio no Sudeste goiano: os mitos e os discursos sobre o desenvolvimento do território. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária. *Anais...* Presidente Prudente.
- ORTEGA, A. C. (2005). *Agronegócios e representação de interesses no Brasil*. 1a. ed. Uberlândia: EDUFU.
- PALMEIRA, M. (1994). Burocracia, política e reforma agrária. In: Medeiros, L. et al. (orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp.
- PALMEIRA, M. et alii (1977). Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. In *Anuário Antropológico* 76. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.
- PALMEIRA, M., LEITE, S. (1998). Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: Costa, L.F., Santos, R.N. (orgs.) *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.
- PEDREIRA, M. S. (1994). *Novas frentes de expansão do complexo agroindustrial: uma análise do cerrado baiano*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. (Dissertação de mestrado).
- PESSOA, V.L.S. (1988). *A ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba, MG*. Rio Claro: Unesp. (Tese de Doutorado).
- PORTO-GONÇALVES, C.W. (2005). Geografia da violência contra pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. *Conflitos no Campo - Brasil 2004*. CPT: Goiânia.
- RODRIGUES, R. (1993). *A agropecuária brasileira: competitividade e segurança alimentar*. Jaboticabal: UNESP.
- RUMSTAIM, A. (2009). *Peões no trecho: estratégias de deslocamento de trabalhadores no Mato Grosso*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRRJ. (Dissertação de Mestrado).
- SAFATLE, A., PARDINI, F. Grãos na balança. *Carta Capital*, São Paulo, n.306, p. 42-45, 2004.
- SANTOS, C. C. M. (2007). *Oeste da Bahia: modernização com (des)articulação econômica e social de um região*. Salvador: UFBA. (Tese de Doutorado).
- SAUER, S. (2008). *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa. Texto para Discussão, 30.
- SCHLESINGER, S. (2006). *O grão que cresceu demais: a soja e seus impactos sobre a sociedade e o meio ambiente*. 1a. ed. Rio de Janeiro: FASE.

- SILVA, M.V. et al. (2006). A participação do agronegócio no PIB brasileiro: controvérsias conceituais e propostas metodológicas. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. *Anais...* Brasília: SOBER.
- SOUZA Jr., H.P. (2009). *O lugar do progresso: famílias, trabalho e sociabilidade em uma comunidade de produtores de café do Cerrado mineiro*. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ. (Dissertação de Mestrado).
- SZMRECSÁNYI, T. (1983). Notas sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil. *Revista de Economia Política*, 3 (2).
- SZMRECSANYI, T., RAMOS Fo., L.O. (2006). The agrarian consequences of Brazil's recent sugar industry expansion. LASA Congress. *Anais...* San Juan: LASA.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. (1993). *Matuchos: exclusão e luta (do Sul para a Amazônia Ocidental)*. Petrópolis: Vozes.
- VEIGA, J.E. (1998). Pobreza rural, distribuição de renda e crescimento: a experiência brasileira. *Conferência Internacional sobre Distribuição de Riqueza, a Pobreza e o Crescimento Econômico*, Brasília.
- VIANA, J. A. S. (2004). Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa. *Bahia Análise & Dados* 13(4): 851-868.
- WELCH, C. (2005). Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional. *Revista NERA*, 8 (6).
- WESZ Jr., V.J. (2008). *Características e dinâmicas das agroindústrias esmagadoras de soja no Brasil: uma leitura preliminar*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, PPGAS/MN/UFRJ, PPGSA/IFCS/UFRJ. Pesquisa Sociedade e Economia do Agronegócio. Mimeo.
- WILKINSON, J. (2007). *Agronegócios e agricultura familiar: entre confronto e diálogo*. Brasília: Oxfam.